

CORREIO GRANDE SP

Divulgação/Câmara de Mogi das Cruzes



A emenda estabelece o dia 30 de abril como prazo

Mogi aprova alteração nos prazos de envio da LDO

A Câmara de Mogi das Cruzes aprovou em primeira discussão e votação o Projeto de Emenda à Lei Orgânica, de autoria da Comissão de Finanças e Orçamento do Legislativo. A proposição altera os prazos para o envio do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e do Plano Plurianual (PPA) ao Poder Legislativo. A proposta será apresentada para segunda discussão e votação na próxima semana. Aprovada por unanimidade, a emenda estabelece o dia 30 de abril como prazo para o envio da LDO e mantém o dia 31 de agosto como data-limite para o envio do PPA, no primeiro ano do mandato do prefeito eleito. Segundo a justificativa do projeto, a medida busca aprimorar a organização do calendário orçamentário.

Planejamento estratégico e integrado

“A antecipação do prazo para 30 de abril trará benefícios, entre eles: mais tempo para a apresentação de emendas por parte do Poder Legislativo, mais oportunidades para a realização de audiências públicas e debates com a sociedade civil, além de possibilitar um planejamento mais estratégico e integrado ao ciclo orçamentário anual”, diz trecho do texto do projeto que foi aprovado pelo legislativo municipal da cidade de Mogi das Cruzes.

Jean de Santana/Câmara de Barueri



População poderá acompanhar de forma remota

Despesas e investimentos de Barueri

A Câmara de Barueri promove na sexta-feira, 27, a partir das 11h, audiência pública para debater a situação financeira da Prefeitura. No encontro, representantes da Secretaria de Finanças da Prefeitura estarão no plenário da Casa para demonstrar aos vereadores e à população como o dinheiro arrecadado dos impostos foi usado no último quadrimestre de 2025. A população poderá acompanhar a atividade presencialmente ou de forma remota, já que a audiência pública será transmitida ao vivo no site do Poder Legislativo (www.barueri.sp.leg.br).

Gestão fiscal da Prefeitura

A audiência pública sobre a gestão fiscal da Prefeitura é convocada pela Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara para cumprir uma exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal. A norma determina que até o fim dos meses de maio, setembro e fevereiro o Poder Executivo demonstre e avalie o cumprimento de todas as metas fiscais de cada quadrimestre do ano.

Osasco 1

A Comissão Permanente de Economia e Finanças e a Comissão de Saúde e Assistência Social da Câmara Municipal de Osasco reatualizarão, nos dias 23 e 25 de fevereiro, a partir das 18 horas, no Plenário Tiradentes, duas audiências públicas para a apresentação do relatório de prestação de contas.

Osasco 2

O texto se refere ao 3º quadrimestre de 2025 das secretarias municipais de Finanças e Saúde. No dia 23 acontece a apresentação da Secretaria de Finanças e, no dia 25, da Secretaria de Saúde. As audiências públicas atendem à Lei sobre os valores mínimos aplicados por ano pela União, estados e municípios.

Embu das Artes 1

A Prefeitura de Embu das Artes, na Grande São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Cultura, informa que estão abertas até 27 de fevereiro de 2026 as inscrições para o recebimento de propostas para a prestação de serviço de consultoria nas ações de operacionalização dos recursos da Política Aldir Blanc.

Embu das Artes 2

A Política Nacional Aldir Blanc – PNAB – CICLO II é empregada todos os anos. E as empresas ou instituições interessadas em participar do processo licitatório da Prefeitura, deverão ler o edital e encaminhar as propostas de prestação de serviço de forma detalhada ao e-mail da Secretaria de Cultura, que é cultura@embudasartes.sp.gov.br

Carapicuíba 1

Por meio da indicação número 244/2026, apresentada durante a 3ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Carapicuíba, a vereadora Vanessa Maia (PSDB) pediu a pavimentação asfáltica da Rua Maria Antônia de Azevedo, Rua Um e Rua Dois, no Jardim Angélica, que estão em estado precário.

Carapicuíba 2

As vias estão sem pavimentação adequada, enquanto ruas próximas já receberam reaparelhamento mais de uma vez. Moradores relatam dificuldades de acesso, especialmente em dias de chuva, quando há formação de lama e buracos. Caminhões de coleta de lixo e veículos de aplicativo deixaram de entrar na região.

Karina Yamada/Câmara Guarulhos



Um dos temas foi a remissão e isenção de créditos fiscais

Guarulhos vota benefícios à CDHU

Vereadores analisaram vetos e projetos locais na 5ª sessão

Da Redação

A Câmara Municipal da cidade de Guarulhos realizou a quinta sessão ordinária de 2026. Na pauta da Ordem do Dia, dois projetos de lei foram apreciados em primeira discussão. Um deles, de autoria da Prefeitura, tratou da concessão de remissão, anistia e isenção de créditos fiscais registrados em nome da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU). A proposta previu a regularização de débitos tributários vinculados à companhia no município.

Enxoval a gestantes

O outro item analisado foi o Projeto de Lei apresentado pelo vereador Pastor Adalberto (Mobiliza), que propôs a oferta de enxoval a gestantes em situação de vulnerabilidade econômica que tenham realizado acompanhamento pré-natal na rede municipal de saúde até a conclusão do atendimento.

Vetos do Executivo

Também foram submetidos à votação, em turno único, oito vetos do Executivo a projetos aprovados anteriormente pelos parlamentares. Entre as matérias alcançadas pelos vetos estiveram iniciativas que instituíram programa de reciclagem de resíduos sólidos orgânicos, criaram o chamado Projeto Carro-

ceiro Consciente, regulamentaram a jornada de trabalho em regime de revezamento e plano da Guarda Civil Municipal e estabeleceram medidas relacionadas, também, à comercialização de gás de cozinha.

Decreto Legislativo

A sessão incluiu ainda a análise do Projeto de Decreto Legislativo que concedeu o título de Cidadão Guarulhense ao radialista Márcio Bernardes.

Relatório da CPI

Outro ponto discutido foi o relatório final de uma Comissão Especial de Inquérito (CPI) que investigou empresas terceirizadas contratadas pela Prefeitura de Guarulhos sob suspeita de não efetuarem recolhimentos de FGTS e INSS de trabalhadores vinculados aos serviços prestados à administração municipal.

Requerimentos de informação

Antes da Ordem do Dia dos vereadores, no período destinado ao Expediente, foram protocolados 666 requerimentos de informação pelos parlamentares. Esses pedidos protocolados foram direcionados ao Executivo, tratando de diferentes temas e áreas da administração pública. Também constaram 45 projetos de lei apresentados pelos vereadores para deliberação no plenário da Câmara.